

Universidade Federal do Rio Grande

Taís Amorim

A Linguística Documentária na Biblioteconomia na região Sul do Brasil: disciplina e abordagem de conceitos nos cursos de graduação.

Rio Grande, RS

2015

Taís Amorim

A Linguística Documentária na Biblioteconomia na região Sul do Brasil: disciplina e abordagem de conceitos nos cursos de graduação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gisele Dziekaniak

Rio Grande, RS

2015

Ficha catalográfica elaborada por Taís Amorim, do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande- FURG.

A524I Amorim, Taís.

A Linguística Documentária na Biblioteconomia na região Sul do Brasil: disciplina e abordagem de conceitos nos cursos de graduação. / Taís Amorim – 2015.

70f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande, 2015.

Orientador: Gisele Dziekaniak

1. Biblioteconomia. 2. Linguística Documentária. 3. Linguagens documentárias. 4. Ciência da Informação. 5. Interdisciplinaridade.

I. Dziekaniak, Gisele. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

TAÍS AMORIM

A Linguística Documentária na Biblioteconomia na região Sul do Brasil: disciplina e abordagem de conceitos nos cursos de graduação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande sob a orientação da Professora Dra. Gisele Dziekaniak.

Rio Grande, _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Orientadora Prof. Dra. Gisele Dziekaniak
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

Dra. Maria de Fátima Maia
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

Dr. Claudio Renato Moraes
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

Msc. Rodrigo Aquino de Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

Dedico esse trabalho à minha família, especialmente à minha filha Nathaly,
minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão especial eu gostaria de agradecer as pessoas que me apoiaram e estiveram junto comigo durante esses quatro anos de estudos, desafios e conquistas.

Aos meus pais, Renato e Sidnéa, sem os quais eu não chegaria aonde cheguei. Eles que sempre me incentivaram e que tinham o sonho de me ver com um diploma de universidade nas mãos. Essa conquista é para vocês! Amo-os demais!

À minha filha amada, Nathaly. Meu maior incentivo para continuar estudando e buscando o melhor. Tantas vezes fiquei ausente, mas a recompensa não demora a chegar. Obrigada por me distrair com suas histórias e tornar a minha vida mais leve e mais feliz! Te amo muito!

Ao meu marido, Pierre, que além de ser um grande incentivador foi meu companheiro nessa jornada, aguentando minhas crises, não me deixando desistir, apesar de eu manifestar essa vontade várias vezes. Não há palavras para dizer o quanto te amo!

Aos meus irmãos, Igor e Yasmim por todo apoio e companheirismo. Estaremos sempre juntos! Amo vocês!

Meus amigos que me acompanharam nessa caminhada, tantos os velhos amigos como os novos, aqueles a quem conquistei nesses anos de faculdade.

Meus velhos amigos, João Pedro, Fabrina, Ana Paula, Bruna, Joele e Alex, Adriana, agradeço o apoio e peço desculpas pela longa ausência durante esse período. Agora vamos comemorar!

Meus novos amigos, Francieli, Sabrina e Carlos, que tornaram meus dias muito mais alegres e a caminhada muito mais fácil, muito obrigada! Saibam que vocês são uma grande parte dessa conquista. Desejo, profundamente, que nossa amizade prevaleça agora que não nos veremos tanto. Obrigada por estarem comigo em todos os momentos, principalmente naqueles mais difíceis, momentos em que eu pensei que não conseguiria mais. Vocês me mostraram que sim, eu conseguiria! Obrigada pelas batatas e cervejas e cafés do posto e noites de conversa e muita risada e muitos outros e's que ainda teremos! Vocês são demais e juntos nós somos "Mais mais".

Agradeço aos meus professores da vida toda, aos professores que me ensinaram tanto nesses quatro anos de aprendizado e, nesse momento, agradeço

especialmente à minha orientadora, Gisele. Obrigada por me ajudar a concluir mais essa etapa.

Agradeço, também, ao professor Claudio Renato. Obrigada, Claudinho, por todos aqueles abraços carinhosos e aconchegantes que mudaram meus dias, muitos deles, cinza e deram um colorido especial à minha vida. Obrigada por sua alegria contagiante e por me permitir ser sua amiga!

Não posso deixar de lembrar do meu grande Mestre, Oscar Brisolara. Seus ensinamentos sempre me tocaram profundamente e, com certeza, sou uma pessoa melhor apenas por conhecê-lo. Espero um dia ser, pelo menos, um pouco da pessoa que o senhor é! Obrigada por compartilhar da sua imensa sabedoria comigo!

Agradeço a todos que passaram pela minha vida nesse período, os colegas, os professores. Foi um grande prazer conviver com todos! Muito obrigada por tudo!

Esses artefatos, tão perigosos que portá-los é motivo de pena máxima, não disparam nem são objetos pungentes, cortantes ou contundentes. O que tanto temem os implacáveis guardas do Reich são apenas livros: livros velhos, desencadernados e vetados de maneira obsessiva pelos nazistas. Ao longo da história, todos os ditadores, tiranos e repressores, fossem arianos, negros, orientais, árabes, eslavos ou de qualquer outro tom de pele, defenderam a revolução popular, os privilégios das classes nobres, os mandamentos de Deus ou a disciplina sumária dos militares. Qualquer que fosse sua ideologia, todos tiveram algo em comum: sempre perseguiram os livros com verdadeira sanha. São muito perigosos, fazem pensar.

Antonio G. Iturbe - A bibliotecária de Auschwitz

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a importância atribuída à Linguística Documentária nos cursos de Biblioteconomia da região Sul do Brasil e como objetivos específicos, verificar junto aos professores que ministram disciplinas voltadas às linguagens documentárias se a Linguística Documentária é abordada no conteúdo destas; averiguar a formação de graduação e pós-graduação dos professores que discutem linguística documentária no Brasil, a fim de averiguar se os pesquisadores são da área de ciência da informação ou da área de linguística; e identificar as bases teóricas, adotadas pelos cursos de biblioteconomia, voltadas ao ensino da linguística documentária, em busca de demonstrar sua importância para as áreas de organização da informação e organização do conhecimento. Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa; quanto aos instrumentos de coleta, caracteriza-se como aplicada. A pesquisa trata-se de um censo, pois sua população são todos os professores de disciplinas que abordam a linguística documentária, sendo escolhido como método de coleta de dados, o questionário. O método adotado para a análise dos resultados foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefreve e Lefreve. Considerando-se a revisão de literatura utilizada nessa pesquisa e após a análise dos dados coletados, é possível inferir que a linguística documentária é um fator importante no contexto biblioteconômico, levando-se em conta seu caráter interdisciplinar trazendo conhecimentos de diferentes áreas, bem como a recuperação da informação como, fundamentalmente, um processo linguístico. Entretanto, apesar de os professores questionados entenderem a LTD como importante, não há estudos aprofundados sobre esse tema nas disciplinas.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Linguística Documentária. Linguagens documentárias. Ciência da Informação. Interdisciplinaridade.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la importancia que se concede a la Lingüística Documental en los cursos de documentación del sur de Brasil y objetivos específicos, consulte con los profesores que enseñan cursos orientados a los lenguajes documentales a la Lingüística documental se aborda en el contenido de éstos; determinar la formación de pregrado y postgrado maestros en discusiones sobre la lingüística documentales en Brasil con el fin de determinar si los investigadores son la información del área de ciencias de la información o área lingüística; e identificar el teórico, adoptada por los cursos de documentación, destinadas a la enseñanza de la lingüística documentales, tratando de demostrar su importancia para la organización de las áreas de la información y la organización del conocimiento. Este estudio trata de una investigación descriptiva, de carácter cualitativo; como los instrumentos de recolección, se caracteriza por ser aplicada. La investigación se trata de un censo, ya que su población son todos los maestros de materias que abordan la lingüística documentales, siendo elegido como método de recolección de datos, el cuestionario. El método adoptado para el análisis de los resultados fue el Sujeto Colectivo Discurso (CSD) de Lefevre y Lefevre. Teniendo en cuenta la revisión de la literatura utilizada en este estudio y después de análisis de los datos recogidos, se puede inferir que el lenguaje documental es un factor importante en biblioteconômico contexto, teniendo en cuenta su conocimiento trayendo carácter interdisciplinario de diferentes campos, así como recuperación de información como fundamentalmente un proceso lingüístico. Sin embargo, a pesar de los profesores interrogados entienden el LTD tan importante, no hay ningún estudio en profundidad sobre este tema en las disciplinas.

Palabras clave: Documentación. Lingüística documental. Lenguajes documentales. Ciencia de la Información. La interdisciplinariedad.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Justificativa.....	11
1.2	Objetivos.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Organização da Informação e do Conhecimento.....	13
2.1.1	Análise documentária.....	15
2.1.2	<i>Indexação</i>	16
2.1.3	<i>Linguagem documentária</i>	18
2.2	Terminologia.....	20
2.2.1	<i>Teoria Geral da Terminologia (TGT)</i>	22
2.2.2	<i>Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)</i>	24
2.2.3	<i>Teoria do Conceito</i>	27
2.3	Semiótica.....	29
2.4	Linguística.....	32
2.4.1	Linguística estruturalista.....	34
2.4.2	Linguística Documentária.....	36
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICE A – Questionário.....	54
	APÊNDICE B – Questionário Respondente Modelo.....	55
	APÊNDICE C – Questionário Respondente 1.....	58
	APÊNDICE D – Questionário Respondente 2.....	60
	APÊNDICE E – Questionário Respondente 3.....	62
	APÊNDICE F – Questionário Respondente 4.....	63

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da Ciência da Informação (CI) é organizar, representar e disponibilizar a informação para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários. Com o auxílio da tecnologia, utilizando softwares de busca de interface amigável, os usuários poderiam encontrar com facilidade a informação buscada. Entretanto, a realidade encontrada não é essa. Com o aumento da informação disponível, é difícil recuperar o que se procura de forma precisa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 2).

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da linguística documentária, pois ela possui a função de estruturar a linguagem com o objetivo de controlar o vocabulário, visando uma recuperação da informação mais eficaz, precisa e satisfatória (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 4).

A definição do termo Linguística Documentária foi proposta por García Gutiérrez, na Espanha, na década de 1980. Este autor segue a linha francesa de Jean-Claude Gardin, que, na década de 1960, foi um dos primeiros a reconhecer que as atividades de representação documentária desenvolviam-se no universo da linguagem. Gardin introduziu o termo “análise documentária” e passou a utilizar parâmetros linguísticos para desenvolver linguagens documentárias (VOGEL, 2009, p. 3). Algumas décadas depois, García Gutiérrez definiu o termo Linguística Documentária.

A seguir serão apresentados a justificativa e os objetivos deste trabalho.

1.1 Justificativa

Exposto isso, este trabalho justifica-se pelo fato de que se faz necessário identificar como a linguística documentária é abordada nos cursos de biblioteconomia do Brasil, visto a sua importância para a área, principalmente no que tange à organização e recuperação da informação, como possível formadora de linguagens documentárias, conforme defende García Gutiérrez (1984, p. 4),

os problemas derivados da obtenção de informação nos novos sistemas de informação são problemas de linguagem e, portanto, a solução provém das disciplinas que se ocupam tradicionalmente destas, por empregar uma expressão, as semânticas e gramáticas aplicadas à gestão da informação e, por colocar uma etiqueta, a linguística documentária (tradução nossa).

A partir de García Gutiérrez pode-se entender que os maiores problemas de recuperação da informação são derivados da linguagem. Portanto, o problema de pesquisa é verificar a importância da Linguística Documentária no contexto biblioteconômico na região Sul. Nesse sentido, define-se a pergunta de pesquisa como segue: qual a importância atribuída à Linguística Documentária nos cursos de Biblioteconomia na região Sul do Brasil?

Exposto isso, serão apresentados os objetivos geral e específicos, deste trabalho.

1.3 Objetivos

Este trabalho apresenta como objetivo geral analisar a importância atribuída à linguística documentária nos cursos de biblioteconomia na região Sul do Brasil e, como objetivos específicos, verificar junto aos professores que ministram disciplinas voltadas às linguagens documentárias se a linguística documentária é abordada no conteúdo destas disciplinas; averiguar a formação de graduação e pós-graduação dos professores que discutem linguística documentária no Brasil, a fim de averiguar se os pesquisadores são da área de ciência da informação ou da área de linguística; e identificar as bases teóricas, adotadas pelos cursos de biblioteconomia, voltadas ao ensino da linguística documentária, em busca de demonstrar sua importância para as áreas de organização da informação e organização do conhecimento.

Expostas as primeiras questões, nos próximos capítulos serão abordadas as bases teóricas que fundamentam este trabalho, os procedimentos metodológicos, análise dos resultados e, também, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Ciência da Informação, a qual a Biblioteconomia integra, possui caráter interdisciplinar, isto é, relaciona-se com disciplinas de diferentes áreas, como a linguística, a psicologia e a lógica. Essa interdisciplinaridade possibilita transferência de conhecimentos entre as áreas, resultando em crescimento mútuo. A informação, como objeto de estudo da CI, é muito abrangente, e essa pode ser uma das causas de sua interdisciplinaridade, pois é difícil delimitar fronteiras, visto que a CI precisa relacionar-se com outras áreas a fim de conhecer-se e ampliar-se (PATO; ALBUQUERQUE, 2012).

Nesse contexto, a terminologia, a semiótica e a linguística, que serão abordadas nessa pesquisa, relacionam-se com a CI por conta de seu caráter interdisciplinar, pois contribuem dando aporte para a elaboração das linguagens documentárias, sendo utilizadas na indexação a fim de contribuir para uma melhor organização da informação e do conhecimento.

Exposto isto, nesta seção serão apresentadas as bases teóricas que fundamentam esta pesquisa, tais como Peirce (1972), Dahlberg (1978), García Gutiérrez (1984), Cabré (1993), Campos (2001), Saussure (2006), Lara; Tálamo (2007), Boccato; Gracioso (2011), entre outros.

2.1 Organização da Informação e do Conhecimento

Nessa seção serão abordados, em um sentido mais amplo, alguns conceitos relacionados a Ciência da Informação que contribuem para a formação da Linguística Documentária, como a organização da informação, da qual a indexação faz parte; a organização do conhecimento, visto que alguns autores, como Hjørland, consideram a indexação como parte do seu processo; a análise documentária, processo pelo qual se chega à indexação; as linguagens documentárias, que são os instrumentos para representar a informação e possibilitar sua recuperação; e a indexação propriamente dita.

Os termos Organização da Informação e Organização do conhecimento possuem diferentes formas de uso na Ciência da Informação (CI). A literatura brasileira usa simultaneamente os dois termos; ora aparecem associados, ora falam

de coisas distintas. Essa divergência pode acarretar ruídos nos processos de ensino e comunicação da área (LARA, 2011).

A informação é o conhecimento registrado, seja na forma oral ou escrita, física ou digital. Para Lima e Alvares (2012), a informação é o “elemento que compõe o conhecimento”, ou, também, “a informação é o conhecimento possível de se materializar e de ser registrado em algum suporte”. O conhecimento está atrelado à mente, àquilo que se sabe. Entretanto, o conhecimento suporta tanto a “significação do processo individual e mental quanto o de um conjunto de saberes que se desenvolvem e evoluem continuamente e que são socializadas em uma área, uma ciência ou um domínio da atividade humana” (LIMA e ALVARES, 2012, p. 25).

A Organização do Conhecimento (OC) é a área de estudos voltada à organização, representação e recuperação da informação. O primeiro autor a utilizar o termo OC foi Henry Bliss, em 1929. Em 2006, Ingetraut Dahlberg diferencia a Organização do Conhecimento da Organização da Informação. Para ela, a OC “significa a construção de sistemas conceituais” e a OI, “o relacionamento de unidades desses sistemas conceituais com objetos de informação”. Pode-se dizer, ainda, que a OC provê metodologias para organizar os ativos da informação enquanto os trata (LIMA e ALVARES, 2012, p. 25).

Hjorland (2008 *apud* LIMA e ALVARES, 2012, p. 28) entende a OC como “descrição, indexação e classificação” e a divide em dois tipos:

- (i) a organização intelectual do conhecimento, ou organização cognitiva do conhecimento, que utiliza conceitos, sistemas conceituais e teorias; e (ii) a organização social do conhecimento, que é a organização em profissões, negócios e disciplinas.

A Organização da Informação pode ser definida como “a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções”. Sendo assim, a informação pode ser organizada tanto em espaços físicos, como bibliotecas, museus e arquivos, como eletrônicos (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

Segundo Brascher e Café (2008, p. 5), a Organização da Informação é

um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Apesar das divergências entre os conceitos, é fato que o conhecimento e a informação não existem sozinhos: é preciso informação para gerar conhecimento e o conhecimento não é gerado se não houver informação. A informação registrada, depois de organizada pode ser recuperada e virar conhecimento para aqueles que a utilizarem.

2.1.1 Análise documentária

O tratamento temático da informação concentra-se nas questões referentes “à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos, bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação” no qual são desenvolvidos processos, utilizando-se instrumentos para a geração de produtos. Essa área de estudos apresenta-se, historicamente, em três vertentes teóricas: a catalogação de assunto (escola norte-americana), a indexação (escola inglesa) e a análise documentária (escola francesa), como afirma Barité (1997, *apud* GUIMARÃES; SALES, 2010).

Alguns autores, como Fugita e Lancaster, mais voltados à escola inglesa, consideram que há uma identidade entre o tratamento temático da informação e a indexação. Outros, mais ligados à linha francesa, como Pinto Molina, Gardin e o Grupo TEMMA, consideram a análise documentária como o “todo” e a indexação como “parte”: o processo de representação documental, fase final do tratamento, em que se utilizam os instrumentos (linguagens) para a geração de produtos documentais (índices, etc.).

A partir da década de 1960, os estudos acerca da análise documentária se aprofundaram na França e o termo foi conceituado por Gardin como “um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (CUNHA, 1989 *apud* FUGITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 21).

“A análise documentária é a expressão usada para designar o conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo dos documentos científicos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (GARDIN, 1981, *apud* CUNHA, 1989).

Para García Gutiérrez (1984, p. 76) a análise documentária é a fonte principal de terminologia documental e a ratificadora de outros procedimentos de extração de

conceitos e termos científicos, o que justifica a busca do método mais apropriado para a elaboração da indexação.

De acordo com Fugita, Nardi e Santos (1998, p. 21), a análise documentária é, operacionalmente, um “tratamento documentário de conteúdo” com o intuito de elaborar representações condensadas do conteúdo dos textos. Essas representações são resumos e índices, sendo que os índices servem como pistas de conteúdo dos documentos.

A análise documentária, de acordo com Kobashi (1994, p. 23 *apud* FUGITA; NARDI; SANTOS, 1998, p 22) é constituída de três operações: “análise, síntese e representação”, sendo:

Análise: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;

Síntese: construção do texto documentário com os conceitos selecionados: enunciado de assunto ou resumo;

Representação: a representação possui duas naturezas distintas: na primeira, a representação é construída através de um processo de condensação intensiva do texto original, gerando os diferentes tipos de resumo; na segunda, a representação é realizada através do uso de uma Linguagem Documentária, que tem como função a normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original: indexação (LARA, 1993 *apud* FUGITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 22).

Gardin considera a Análise Documentária como uma atividade metalinguística, pois as operações que substituem os textos em Linguagem Natural por representações supõem a “existência de uma metalinguagem, que é constituída por unidades lexicais (símbolos designando noções ou conceitos) e convenções sintáticas (para expressão das relações lógicas presentes nos textos em Linguagem Natural)”. Ele afirma que as “funções normalizadoras dessa metalinguagem permitem operar semanticamente no tratamento de sinonímias, homotaxias, homografias, polissemias, etc.” (GARDIN, 1970, p. 632 *apud* LARA, 2011, p. 98).

Percebe-se que a concepção de análise documental de Gardin possui aportes interdisciplinares, como a lógica e, para os fins desta pesquisa, a linguística. Para isso, é necessário um conjunto de ferramentas, denominadas linguagens documentárias. Na próxima sessão serão abordados alguns aspectos sobre a indexação.

2.1.2 Indexação

“O processo de indexação é uma das atividades decorrentes do tratamento temático, sendo reconhecidamente antiga como prática de construção de índices para ordenação de documentos” (SOUSA; ALMEIDA, 2012).

A indexação caracteriza-se como uma forma de representação da informação que utiliza a análise de assunto para identificar e selecionar os conceitos que representam um documento.

Neves (2006 *apud* BOCCATO, 2011, p. 17) entende a indexação como um “processo intelectual que tem por base a compreensão do texto e a representação do documento a qual está intimamente ligada à abordagem do processamento da informação na psicologia cognitiva”. É importante ressaltar que a indexação é um processo subjetivo, pois lida com análise, interpretação e definição do que será indexado e envolve, inclusive, o contexto para o qual o documento será indexado.

A indexação é “a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto”, por meio de dois princípios básicos norteadores para o desenvolvimento desse processo: “estabelecimento de conceitos tratados num documento, isto é, o assunto; tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação” (BOCCATO, 2011, p. 16-17).

Enquanto processo, a indexação possui três fases: “o exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; a identificação dos conceitos presentes no assunto; e a tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação” (DUARTE, 2007).

Lancaster (2004, p. 81), destaca alguns fatores capazes de influenciar a qualidade da indexação:

- a) fatores ligados ao indexador (conhecimento do assunto - conhecimento por parte do indexador sobre o conteúdo temático tratado e entendimento da terminologia abordada, das necessidades dos usuários, experiência, concentração, capacidade e compreensão de leitura);
- b) fatores ligados ao documento (conteúdo temático, complexidade, língua e linguagem, expressão, apresentação e sumarização), fatores ligados ao vocabulário (especificidade, ambiguidade, qualidade da estrutura, qualidade do vocabulário, disponibilidade de instrumentos auxiliares fins);
- c) fatores ligados ao processo (tipo de indexação, regras e instruções, produtividade exigida, exaustividade da indexação) e fatores ambientais (refrigeração, iluminação, ruído).

Esses fatores, quando bem aplicados, refletem em uma recuperação da informação de qualidade pelo usuário. Sendo assim, Chaumier (1988 *apud*

DUARTE, 2007) argumenta que a indexação descreve e caracteriza um documento com o auxílio da representação dos conceitos nela contidos, sendo parte importante da análise documentária.

O indexador realiza a análise de assunto do documento, seleciona os conceitos e os transforma em uma representação estruturada e resumida. Essa representação servirá para realizar a comunicação entre o usuário e o sistema de informação, através de termos de indexação/descriptores. Dessa forma, o usuário que executar uma busca no sistema, fará uso da representação da informação identificada no documento, e poderá acessar, ou não, o documento original.

Na próxima sessão será abordada a linguagem documentária, utilizada na indexação como forma de controlar a linguagem visando aprimorar o processo de busca e recuperação da informação.

2.1.3 Linguagem documentária

As linguagens documentárias têm sua aplicabilidade na indexação, realizada pela representação sintética das ideias presentes nos conteúdos documentários por termos que os identifiquem e possibilitem a recuperação da informação em sistemas automatizados (BOCCATO, 2011).

As linguagens documentárias são os instrumentos que auxiliam a representação do conhecimento de uma área específica a fim de disponibilizar aos usuários a informação contida nos textos (DUARTE, 2007).

O termo Linguagem Documentária possui diferentes denominações provenientes de diferentes ênfases, a saber: linguagens documentárias (GARDIN, COYAUD e CHAUMIER); linguagens de indexação (MELTON); linguagens descritoras (VICKERY); codificações documentárias (GROLIER); linguagens de informação (SOERGEL); vocabulários controlados (LANCASTER); lista de assuntos autorizados (MONTGOMERY); linguagens de recuperação de informação; linguagens de descrição da informação. Essas diferenças terminológicas podem ser relacionadas aos “níveis de abordagem da representação da informação ou ao foco privilegiado: objeto de análise, processos, produtos, instrumentos de representação” (DODEBEI, 2002 *apud* LARA, 2011).

García Gutiérrez e Lucas Fernández definem linguagem documentária como “linguagens que oferecem normas para indexar univocamente os documentos e as

demandas estabelecidas pelos usuários com o fim de produzir mínimos índices de ruído e silêncio documentário” Para Hutchins, as linguagens documentárias são “meios de comunicação em sistemas de informação entre documentos e leitores potenciais. [...] Ele considera dois tipos: linguagens classificatórias e linguagens de indexação” (GARCÍA GUTIÉRREZ; FERNÁNDEZ, 1987, p. 67, *apud* VOGEL, 2009).

Mais tarde, García Gutiérrez define linguagem documentária como “um dispositivo léxico construído artificialmente para a análise e a recuperação de um sistema de informação” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 90, *apud* VOGEL, 2009).

Cintra (2002, *apud* DUARTE, 2007) define as linguagens documentárias como “instrumentos intermediários, ou instrumentos de construção, através dos quais se realiza a tradução da síntese dos textos e das perguntas dos usuários”. Para Gardin, uma linguagem documentária integra três elementos básicos:

Um léxico, uma rede paradigmática para traduzir certas relações essenciais, geralmente estáveis, entre descritores, uma rede sintagmática destinada a expressar as relações contingentes entre os descritores, relações que são válidas no contexto particular onde aparecem. Tais tipos de linguagem supõem controle de vocabulário, sendo importante considerar a existência de mecanismos interpretativos próprios, uma vez que não se pode utilizar o mecanismo interpretativo de linguagem natural para determinar significado das unidades destinadas à representação da informação; a possibilidade de se produzir linguagens de natureza monossêmica que participam de elaboração de linguagens documentárias; a existência de um vocabulário próprio de uma linguagem documentária que comporta, preferencialmente, unidades de linguagens de especificidade, isto é, termos, também denominados vocabulários especializados. O vocabulário geral que se compõe de palavras, se por um lado é mais rico que o primeiro, por outro, do ponto de vista do tratamento da informação é mais limitado. Sendo assim, as linguagens documentárias são construídas para a indexação, armazenamento e recuperação da informação, e correspondem a sistemas de símbolos destinados a traduzir os conteúdos dos documentos (CINTRA, 2002, *apud* DUARTE, 2007).

O léxico, as relações paradigmáticas e sintagmáticas são elementos que compõem as linguagens documentárias e propiciam um relacionamento entre os termos, denominados relações lógico-semânticas. Essas relações são divididas em: hierárquicas, não hierárquicas e de equivalência.

As linguagens documentárias caracterizam-se pelo conteúdo e pelo uso. A função do conteúdo refere-se aos conceitos identificados e selecionados no momento da análise de assunto para a representação. A função de uso refere-se ao modo como os usuários formulam suas perguntas, por meio dos termos da linguagem documentária adotada pelo sistema para a elaboração da estratégia de busca (BOCCATO, 2011).

As linguagens documentárias funcionam, deste modo, como instrumento de comunicação para contextos específicos, como um constructo que atende, ao mesmo tempo, aos objetivos e necessidades de seus usuários e da instituição produtora e organizadora do conhecimento (VOGEL, 2009).

As linguagens documentárias, por serem utilizadas para representar um documento, devem representar precisamente, escolhendo-se um só termo para cada conceito, sem apresentar ambiguidades. A linguagem deve ser controlada, mas prevendo o contexto da informação e para quem ela será disponibilizada.

Expostas essas considerações acerca das linguagens documentárias, na próxima seção será apresentada a terminologia. Suas teorias amparam a práxis bibliotecária no que tange a determinação de termos de indexação baseados nos conceitos terminológicos estabelecidos.

2.2 Terminologia

A busca de univocidade explica o uso recorrente das terminologias nas chamadas linguagens especializadas. Isso se deve, em muito, ao próprio caráter dos termos técnico-científicos, considerados como “ideais de expressão de monorreferencialidade, de monossemia e de exclusividade denominativa” (KRIEGER, 2000).

A terminologia foi definida pela *International Organization for Standardization* (ISO) como qualquer atividade relacionada com a sistematização e representação de conceitos ou apresentação de termos baseados em princípios e métodos estabelecidos e, ainda, como um conjunto de termos que constituem um sistema de conceitos de uma determinada área (DIAS, 2000).

Termo é diferente de palavra. Palavra é uma unidade lexical e termo é uma unidade terminológica. Sendo assim, um termo pode ser composto de várias palavras para formar um conceito. Para a elaboração das linguagens documentárias,

a definição terminológica é preferida à lexicográfica porque delimita o universo focalizado: a primeira é utilizada pelos dicionários de especialidade; a segunda é própria dos dicionários de língua geral. A definição terminológica descreve, delimita e distingue os conceitos; ela implica a demarcação de um limite. É classificadora, hierarquizante e estruturante; relaciona-se à definição da coisa, ao contrário da definição lexicográfica que se relaciona à palavra e é feita pela identificação de traços semânticos que caracterizam o significado. O significado é linguístico; o conceito é terminológico. (PATO; ALBUQUERQUE, 2012; LARA, 2004). Lara (2004, p. 94), ainda afirma que:

A definição terminológica liga-se à definição aristotélica: a definição é uma proposição que exprime o que a palavra significa (...). A palavra é signo da proposição (...). A definição e a significação de uma palavra não podem ser dadas por outra palavra, mas somente pela proposição (Aristóteles *Segundas Analíticas*, citado por Desmet, 1990). ... A definição da palavra explica o que ela é na língua: a definição da coisa é uma relação entre uma ideia (o *definiendum*) e outras ideias (o *definiens*).

A diferença entre a definição terminológica e a definição lexicográfica remete a perspectivas distintas de abordagem: “a lexicografia parte do signo para chegar à determinação do conceito [...]; a terminografia parte da noção (ou conceito) e pesquisa os termos que lhe correspondem [...]” (LARA, 2004, p. 94).

Para Wüster (1981 *apud* CAMPOS, 2001), a palavra terminologia possui três diferentes significados: “uma lista de termos e seus significados; os termos de uma área de especialidade; e um conjunto de princípios teóricos”.

É preciso destacar a polissemia do termo ‘terminologia’, pois ela é disciplina, prática e produto. “Como disciplina relaciona-se às linguagens de especialização; como prática, é um conjunto de princípios que orientam o estudo de termos; e, como produto, é um conjunto de termos pertencentes a uma área de conhecimento” (PATO; ALBUQUERQUE, 2012, p. 174).

Para Cabré (1993), o motivo para a diversidade de definições é a “perspectiva poliédrica da terminologia” com relação a seus fundamentos, seus enfoques e suas aplicações práticas, além da polissemia do termo terminologia, que tanto pode ser usado para designar uma disciplina, uma prática ou o produto gerado por essa prática.

Sager (1998 *apud* DIAS, 2000) concorda com Cabré e afirma que,

como teoria, a terminologia é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como prática, é um conjunto de métodos e atividades voltado para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos; como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulário, de uma determinada especialidade.

Cabré (1993, p. 37) afirma que “para los especialistas, la terminología es el reflejo formal de la organización conceptual de una especialidad, y un medio inevitable de expresión y de comunicación profesional”.

Podem-se identificar duas importantes vertentes dentro da terminologia: a Teoria Geral da Terminologia (TGT), de Wüster, e a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), de Cabré. A TGT tem como foco “a normalização das linguagens especializadas, eliminando a imprecisão, a diversificação e a polissemia, salientando seu caráter prescritivo”. A TCT fundamenta-se nos “aspectos comunicativos das línguas naturais, possuindo caráter descritivo e comunicativo da linguagem. A unidade lexical torna-se termo de acordo com o uso em um contexto e comunicação específicos” (BOCCATO, 2011).

Nas próximas seções serão apresentadas algumas considerações acerca dessas teorias.

2.2.1 Teoria Geral da Terminologia (TGT)

Eugéne Wüster foi o precursor dos estudos sobre a terminologia como área do conhecimento e desenvolveu a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Para a TGT, “o termo e os conceitos que fundamentam os estudos terminológicos apontam que o conceito é uma unidade do pensamento, enquanto sua representação é o termo” (PATO; ALBUQUERQUE, 2012).

O objetivo de Wüster era “conseguir uma comunicação inequívoca e sem ambiguidade sobre os temas especializados a despeito de seus métodos diferentes” (LARA, 2006, p. 4). Sua posição seguia a corrente da filosofia analítica marcada pelo neopositivismo, que considerava a linguagem comum “impura e imprópria à ciência” (LARA, 2004, p. 95).

Os temas principais de uma Teoria Geral da Terminologia são:

a essência dos conceitos e da formação dos conceitos; as características dos conceitos; as relações dos conceitos dentro dos sistemas conceptuais; a descrição dos conceitos (mediante definições); a atribuição de termos e conceitos ou bem de conceitos e termos, a essência dos termos e a sua formação (HOFFMAN, 1998 *apud* KRIEGER, 2000).

A terminologia de Wüster compartilha do ideal de uma linguagem unívoca, homogênea e universal, diferente da linguagem comum e entende os conceitos como “constructos mentais” anteriores e independentes da linguagem. A TGT privilegia a normalização, como base para manter a comunicação unívoca, entretanto, esse fato interfere na função primordial da linguagem que é ser instrumento de comunicação (LARA, 2006, p. 5).

A contribuição de Wüster para a constituição dos princípios e desenvolvimento dos estudos teóricos e aplicados da área da Terminologia é clara. Cabré (1999 *apud* REMENCHE, 2010, p. 351) comenta que a TGT é coerente e sistemática, suficiente para os trabalhos terminológicos de orientação onomasiológica e de finalidade normalizada. Entretanto, para a comunicação real, essa teoria emprega alguns princípios inconsistentes, visto que esta é apenas uma das formas da comunicação real, isto é, “ela não ampliou as possibilidades explicativas, tornando-se apenas orientações metodológicas para a produção terminográfica, alicerçada numa visão idealizada e normalizadora do componente lexical temático das línguas”.

Com o surgimento de novas demandas informativas e comunicacionais, a partir dos anos 90, alguns especialistas em terminologia realizaram uma revisão crítica sobre os fundamentos teóricos originais da TGT, alegando que a teoria de Wüster era restritiva e não possibilitava, satisfatoriamente, a descrição do léxico especializado. Nesse sentido Cabré (1998 *apud* REMENCHE, 2010, p. 352), comenta que a teoria wüsteriana:

limita o objeto às unidades unívocas normalizadoras próprias dos âmbitos científico-técnicos, reduz a atividade terminológica à recolha de conceitos e termos para a normalização (fixação de noções e denominações normatizadas) dos termos, circunscreve os âmbitos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamental no plano internacional.

Com os trabalhos passando a ter diferentes necessidades terminológicas por conta da pluralidade tipológica dos trabalhos, a dinâmica constante dos domínios especializados e a diversidade da terminologia, determinada pelas características pragmáticas da comunicação, inerentes ao léxico das linguagens especializadas, a ideia de univocidade foi abalada. Essas restrições apresentadas evidenciaram um reducionismo diante do funcionamento da linguagem e contribuíram para que a TGT fosse criticada e vista como uma teoria insuficiente.

A TGT também não explora a dimensão social dos termos, pois os entendem, unicamente, como elementos denominativos e limita seu uso à comunicação entre especialistas e profissionais.

Em virtude disso, Rey (1979 *apud* REMENCHE, 2010, p. 352) argumenta que “é na reflexão sobre o nome e a denominação, base da terminologia, que encontramos toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido”. Nesse contexto, a produção terminológica não é compreendida apenas a partir do ponto de vista descritivo, mas ultrapassa o constructo ideal e homogêneo de uma comunicação, sem polissemia e ambiguidades conceituais restritas ao âmbito dos especialistas, e passa a ser compreendida como uma questão de linguagem.

Nesse contexto surge a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), uma teoria mais abrangente e flexível, cujo instrumental teórico-metodológico procura explicitar, mais claramente, os fenômenos que envolvem a comunicação especializada, descrevendo os termos, suas unidades mais representativas, sua complexidade, além de contemplar a variação linguística em toda a sua dimensão (REMENCHE, 2010). Na próxima seção serão apresentadas algumas considerações sobre essa teoria.

2.2.2 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), criada por Maria Teresa Cabré, é uma “abordagem de base linguística que zela pelo caráter comunicativo dos termos inseridos na linguagem efetivamente utilizada em ambientes específicos” (SALES, 2007).

A TCT analisa o processo comunicativo do campo especializado e por isso precisa ser flexível. A terminologia pela TCT permite as variações linguísticas, que devem ser incluídos pela terminologia e não eliminados, como pela TGT (PATO; ALBUQUERQUE, 2012).

A TCT não nega a importância da teoria clássica e, embora não se coloque em oposição radical a ela, tende a ressaltar o papel da linguagem na caracterização das unidades terminológicas. A TCT propõe ver os termos como unidades linguísticas, enfatizando a função da língua como instrumento de comunicação. A vertente se constitui na confluência entre a teoria do conhecimento, da comunicação e da linguagem. Ao questionar a autonomia da Terminologia em relação às teorias

da linguagem, recupera a noção de termo como unidade de forma e conteúdo que, em determinadas condições discursivas, adquirem valor especializado (LARA, 2006, p. 6).

A função dos termos para a TCT é dupla: “representar e transferir o conhecimento especializado, em graus e modos distintos, como em situações diversas”. As unidades terminológicas de caráter poliédrico desempenham funções “cognitiva, social, comunicativa e linguística” (LARA, 2006, p. 6).

Para Almeida (2003), nessa teoria, os objetos terminológicos devem ser estudados sob três perspectivas: a social, com a qual é revelada a aplicação da Terminologia, ou seja, pode-se afirmar que se trata da sua eficiência e finalidade; a cognitiva, que “diz respeito ao conhecimento do domínio especializado que será objeto do trabalho, posto que, sem conhecer as especificidades da área-objeto não é possível identificar a sua terminologia e, menos ainda, estruturá-la”; e a linguística, através da qual é abordada não só a competência como também a atuação do modelo.

A proposta de Cabré atenta aos diferentes níveis de formalidade e de domínios especializados e estruturalmente diversos. Essa proposta introduz as bases de uma teoria que integra a dimensão linguística das terminologias, aberta à multiplicidade de aplicações da disciplina:

A teoria que propomos pretende dar conta dos termos como unidades singulares e, em algumas vezes, similares a outras unidades de comunicação, dentro de um sistema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa, considerando a dimensão textual e discursiva dos termos (CABRÉ, 2000 *apud* REMENCHE, 2010).

Nessa perspectiva, a variação é entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem, pois os conceitos também estão sujeitos às influências de fatores externos, como os socioculturais e linguísticos de uma comunidade. Assim, a variação passa a ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia (REMCHE, 2010). Baseada nesses aspectos, a TCT se estrutura nos seguintes parâmetros (Cabré, 1999 *apud* REMENCHE, 2010):

a) é um campo interdisciplinar, ancorado na teoria do conhecimento, responsável por explicar como se conceitualiza a realidade, os tipos de conceitualização que podem acontecer e a relação dos conceitos entre si e com suas possíveis denominações; a teoria da comunicação que descreve as situações

em que a comunicação pode se dar; e a teoria da linguagem, que trata das unidades terminológicas propriamente ditas;

b) os termos são unidades léxicas, singularmente ativadas por condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação. A forma compartilha as características gerais da unidade; o conteúdo se singulariza pela seleção de traços adequados a cada tipo de situação, de acordo com o âmbito, o tema, a abordagem do tema, o tipo de texto, o emissor, o destinatário e a situação de comunicação;

c) os termos são unidades de forma e conteúdo, de tal modo que o conteúdo é simultâneo à forma. O conteúdo de um termo nunca é absoluto, mas relativo, de acordo com o âmbito e a situação de uso;

d) os conceitos de um mesmo âmbito especializado mantêm entre si relações de diferente tipo. O conjunto dessas relações entre os conceitos constitui a estrutura conceitual de uma matéria;

e) o valor do termo se estabelece a partir do lugar que ocupa na estruturação conceitual de uma matéria de acordo com os critérios estabelecidos no trabalho. Um conceito pode participar de mais de uma estrutura com valor igual ou diferente. Os termos não pertencem a um âmbito, porém são usados num âmbito com valor singularmente específico;

f) o objetivo da terminologia teórica é descrever forma, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dando conta de como se ativam e explicando suas relações com outros tipos de signos do sistema. A terminologia aplicada visa à recompilação das unidades de valor terminológico num tema e situação determinada, estabelecendo suas características de acordo com essa situação;

g) a finalidade aplicada da recompilação e análise das unidades de valor terminológico usadas num âmbito é bastante diversa e permite muitas aplicações. Em todas se ativa a dupla função dos termos – a representação do conhecimento especializado e sua transferência, ainda que em graus e modos distintos e em situações também diversas.

Após essas considerações, pode-se perceber que a TCT estabelece fundamentos mais amplos e flexíveis para a Terminologia, instrumentalizando e concretizando-a para o desenvolvimento de seu objetivo: estudar e descrever completa e adequadamente os objetos terminológicos, possibilitando o tratamento de realidades distintas.

Na terminologia, o termo é utilizado para a formação de conceitos, cada termo define um conceito. Na próxima seção, por conseguinte, será abordada, de forma geral, a Teoria do Conceito, de Dahlberg, com o intuito de esclarecer de que constitui-se o conceito.

2.2.3 Teoria do Conceito

A teoria do conceito foi proposta pela alemã Ingetraut Dahlberg. O conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada e se dividem em gerais e individuais. Os conceitos individuais, formados pelos objetos individuais, são caracterizados pela presença da forma do tempo e espaço, estão aqui e agora, como a FURG, por exemplo. Os conceitos gerais situam-se fora do tempo e do espaço, como quando se fala da universidade, por exemplo, sem caracterizar nenhuma, especificamente. Observa-se que os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais. Desse modo, o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada (DAHLBERG, 1978).

Pode-se definir a formação dos conceitos como “a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto”. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento, o qual é constituído pela palavra ou qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Esse símbolo pode ser verbal ou não-verbal, ou seja, pode ser formado de sinais ou conjunto de sinais independentes das palavras. É possível distinguir os seguintes níveis:

Nível	Individuais	Gerais
Objetos	Objetos individuais	Objetos gerais
Conceitos	Conceitos individuais	Conceitos gerais
Sinais verbais	Nomes individuais	Nomes gerais
Sinais não-verbais	Sinais individuais	Sinais gerais

Fonte: Dahlberg, 1978

Todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito. Estes elementos identificam-se com as características dos conceitos, que traduzem

os atributos das coisas designadas. Ressalta-se que é formulando enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos. Esse processo é denominado análise do conceito. Cada enunciado apresenta um atributo predicável do objeto que, no nível de conceito, se chama característica. Muitas vezes o atributo corresponde a uma hierarquia de características, podendo tornar-se tão geral até ser uma categoria (DAHLBERG, 1978).

As categorias podem ser simples ou complexas. São consideradas simples as que se referem a uma única propriedade e complexas são as características que dizem respeito a mais de uma característica. As características podem ser divididas em dez tipologias, de acordo com a seguinte ordem: matéria, qualidade, quantidade, relação, processo, modo de ser, passividade, posição, localização e tempo.

A ordem das características depende sempre dos objetos cujos conceitos são constituídos pelas mesmas características. Podem-se distinguir as características em duas espécies: características essenciais e características acidentais. As características essenciais são de duas espécies: características constitutivas da essência e características consecutivas da essência. As características acidentais também são de duas espécies: características acidentais gerais e características acidentais individualizantes (DAHLBERG, 1978, p. 103).

O conhecimento das características dos conceitos facilita a determinação do número de funções que elas exercem que são: “ordenação classificatória dos conceitos e respectivos índices; definição dos conceitos; formação dos nomes dos conceitos” (DAHLBERG, 1978, p. 104).

Quando a comparação entre as características dos conceitos mostra que dois conceitos diferentes possuem uma ou duas características em comum, então há que falar de relações entre tais conceitos, que são: as relações lógicas, hierárquicas, partitivas, de oposição e funcionais. É necessário mencionar, também, a presença dos sentidos de intensão e extensão do conceito. “A intensão do conceito é a soma total das suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras”. A extensão do conceito pode ser entendida como “a soma total dos conceitos mais específicos que possui”, ou como “a soma dos conceitos para os quais a intensão é verdadeira”, ou seja, “a classe dos conceitos de tais objetos dos quais se pode afirmar que possuem aquelas características em comum que se encontram na

intensão do mesmo conceito”. Podem-se distinguir duas espécies de extensão: “extensão de um conceito genérico em relação com os conceitos específicos; e extensão dos possíveis conceitos individuais. Compreende os indivíduos para os quais é válida a predicação genérica do conceito” (DAHLBERG, 1978, p. 105).

Uma categorização formal dos conceitos que tem importância na formação dos sistemas e na combinação dos mesmos conceitos pode ser a seguinte: objetos, fenômenos, processo, propriedades, relações e dimensão.

Para Dahlberg (1978, p. 106), as definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos. A importância das definições evidencia-se também quando se tem em vista a comunicação internacional do conhecimento. “É pelo domínio perfeito das estruturas dos conceitos que será possível obter, também, perfeita equivalência verbal”.

A primeira distinção que se costuma fazer entre as definições é a separação entre definições nominais e definições reais. “A definição nominal tem por fim a fixação do sentido de uma palavra, enquanto que a definição real procura delimitar a intensão de determinado conceito distinguindo-o de outros com idênticas características”.

2.3 Semiótica

Semiótica é a “ciência do significado” e abrange todos os tipos de signos. Ela estuda as relações entre os homens e os signos. Quando se fala de semiótica é necessário considerar um universo de conceitos, definições e correntes de autores, às vezes, divergentes; também é preciso andar pelos caminhos das linguagens, das ideologias e das construções da consciência e dos significados. A semiótica, assim como a Biblioteconomia, se relaciona interdisciplinarmente e algumas de suas contribuições podem ser aplicadas nos processos de organização da informação e do conhecimento (PATO; ALBUQUERQUE, 2012).

De acordo com a definição de Peirce, o conceito de *semiose*, a atividade do signo, é caracterizado como uma atividade evolutiva. Ele define signo como “algo que representa algo para alguém” (PEIRCE, 1972, p. 26) e divide o signo em três elementos sîgnicos: o *objeto*, o *representâmen* e o *interpretante*. (PATO; ALBUQUERQUE, 2012).

O objeto peirceano não precisa, necessariamente, ser sólido ou visível, mas perceptível. Pode ser, por exemplo, um livro, uma ideia ou um sentimento. O interpretante é o efeito causado pelo som inaudível que ocorre com o leitor, por exemplo, quando este lê a palavra (símbolo) estrela. Este símbolo pode levar o leitor a especular diversas possibilidades, mas, adequando-se ao contexto, a sua percepção o levará ao sentido mais acertado naquele momento. Quando ocorre a cognição e o leitor relaciona estrela com o sol, por exemplo, é determinado o representâmen, pois este é o que algo representa para alguém (PEIRCE, 1972; PATO; ALBUQUERQUE, 2012).

A partir das relações entre esses três elementos, ocorrem as divisões dos signos em sessenta e seis classes e dez divisões, tricotomias, com trinta designações para os signos. Nesta pesquisa, entretanto, serão abordadas as três tricotomias e as dez principais divisões.

Na primeira tricotomia, há o signo em uma relação consigo mesmo, apresentando-se como qualissigno, sinssigno e legissigno. Qualissigno é “uma qualidade que é um signo”, só podendo atuar como signo ao “corporificar” algo, embora essa incorporação necessária não tenha nada a ver com seu caráter de signo. O sinssigno é uma “coisa existente ou acontecimento real, que é um signo”. Ele só pode ser por meio de suas qualidades e se constitui em signo ao incorporá-las. O legissigno é uma lei que é um signo. Todo legissigno ganha significado por meio de um caso de sua aplicação, que pode ser denominada réplica alguém (PEIRCE, 1972, p. 100-101).

Na segunda tricotomia, o signo se situa em relação com o objeto, podendo ser um ícone, um índice ou um símbolo. O ícone é o “signo que se refere ao objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios” exista ou não o objeto. O índice é “um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse objeto”. O símbolo é “um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei”. Ele se coloca no lugar da coisa, do objeto, por convenção e exclusão. Um símbolo exclui a ideia de outro símbolo (PEIRCE, 1972 p. 101-102).

Na terceira tricotomia, o signo se relaciona com o interpretante. Pode ser denominado rema, dicente e argumento. O rema é um signo de possibilidade qualitativa, pois representa uma espécie de objeto possível. “Todo rema fornecerá, talvez, alguma informação; mas não é interpretado como destinado a fazê-lo”. “Um

dicente é um signo que, para seu interpretante, é signo de existência concreta”. Não pode ser ícone, pois este não fornece base para sua interpretação. “O argumento é um signo que, para seu interpretante, é signo de lei” (PEIRCE, 1972, p. 102-103).

As dez principais divisões dos signos são: qualissigno, sinssigno icônico, sinssigno indicativo remático, sinssigno dicente, legissigno icônico, legissigno indicativo remático, legissigno indicativo dicente, rema simbólico, símbolo dicente e argumento.

Qualissigno é uma qualidade qualquer, na medida em que é um signo. Sinssigno icônico é todo objeto de experiência, na medida em que alguma de suas qualidades leva-o a determinar a ideia de um objeto. Sinssigno indicativo remático é qualquer objeto de experiência direta, na medida em que atrai atenção para um objeto do qual decorre sua presença. Sinssigno dicente é qualquer objeto direto de experiência direta, na medida em que seja um signo e, como tal, propicie informação acerca de seu objeto. Legissigno icônico é qualquer lei ou tipo geral, na medida em que exige que cada um de seus casos incorpore uma qualidade definida que o torna apto a despertar a ideia de um objeto semelhante. Legissigno indicativo remático é qualquer tipo ou lei geral, independentemente de como tenha sido estabelecido, que exige que cada um de seus casos seja realmente afetado por seu objeto de tal modo que simplesmente atraia a atenção para esse objeto. Legissigno indicativo dicente é qualquer tipo ou lei geral, independentemente de como tenha sido estabelecido, que exige que cada um de seus casos seja realmente afetado por seu objeto de tal modo que forneça uma informação definida a respeito desse objeto. Rema simbólico é um signo relacionado com seu objeto por uma associação de ideias gerais, de maneira que sua réplica traga a mente uma imagem a qual, devido a certos hábitos a disposição da mente, tende a produzir um conceito geral, e a réplica é interpretada como signo de um objeto que é um caso daquele conceito. Símbolo dicente é um signo que se relaciona com seu objeto por uma associação de ideias gerais e que age como um símbolo remático, exceto pelo fato de que seu pretendido interpretante representa o símbolo dicente como sendo, com respeito àquilo que ele significa, sendo realmente afetado por seu objeto, de modo que a existência ou lei que ele traz à mente deve ser realmente indicada com o objeto indicado. Argumento é um signo cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, segundo a qual a passagem dessas premissas para essas conclusões tende a ser verdadeira (PEIRCE, 1972, p. 105-108).

Pelo exposto, pode-se concluir que a Semiótica, a doutrina formal dos signos, possibilita o uso de uma complexa fundamentação teórica na análise e investigação dos sistemas de significação, podendo ser útil à Ciência da Informação. A atenta observação do pensamento filosófico de Peirce, ou seja, as relações de interdependência e de sistematização de sua lógica possibilita o uso da semiótica

peirceana e de toda a sua fundamentação teórica, proporcionando novas perspectivas para o entendimento de diversos fenômenos de mediação, processos de significação, interpretação e representação da informação, além de poder ser utilizado na observação de todo e qualquer fenômeno de linguagem.

Na próxima seção, a linguística, que possui estreita relação com a semiótica, será abordada. Serão apresentados alguns conceitos fundamentais a fim de caracterizar o tema dessa pesquisa, a linguística documentária.

2.4 Linguística

“A linguística é uma ciência que procura determinar, com métodos próprios, a estrutura e a função da linguagem humana” (BORBA, 1975, p. 36). A linguística interage com a Ciência da Informação em diversos aspectos, tais como na representação, acesso e uso da informação. A linguística, juntamente com a terminologia, a semiótica e a teoria do conceito, oferece subsídios para a construção das linguagens de indexação, tesouros e ontologias (PATO; ALBUQUERQUE, 2012). Sendo assim, é importante conhecer alguns conceitos acerca do assunto para compreender melhor a relação existente entre as duas áreas.

O interesse pela linguagem é antigo. Os primeiros estudos remontam ao século IV a.C. Entretanto, o interesse pelas línguas vivas e pela comparação entre as línguas surge no século XIX, com as gramáticas comparadas e a Linguística Histórica. A publicação de Franz Bopp, em 1816, é considerada como o marco do surgimento da Linguística Histórica. E, no início do século XX, a linguística passa a ser reconhecida como estudo científico após a divulgação dos trabalhos de Ferdinand de Saussure. Em 1916, três anos após a morte de Saussure, dois alunos publicam, a partir de anotações feitas em aula, o Curso de Linguística Geral, que passa a ser a obra fundadora da Linguística como ciência (PETTER, 2007).

No início do século XIX, os linguistas estudavam as transformações que as línguas passavam, a fim de explicar as mudanças linguísticas. A linguística era histórica ou diacrônica. Saussure, no início do século XX, introduziu o ponto de vista sincrônico, em que as línguas eram analisadas sob a forma em que se encontravam em determinado momento histórico. Para Saussure, as duas formas, diacrônica e sincrônica, se complementavam. Na diacronia, os fatos linguísticos são analisados quanto ao seu funcionamento em certo momento. Na sincronia, os fatos são

observados quanto às suas transformações, pelas relações que estabelecem os fatos que o precederam ou sucederam. O estudo sincrônico sempre precede o diacrônico (PETTER, 2007).

De acordo com Saussure (2006, p. 13), a matéria da Linguística é formada primeiramente por todas as manifestações da linguagem humana, considerando-se em cada período não só a linguagem correta, mas todas as formas de expressão. “A Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2006, p. 271).

“A linguagem é um sistema de signos” (HJELMSLEV, 1975). Para Saussure (2006), o signo é uma entidade psíquica que une um conceito a uma imagem acústica, chamados de significado e significante, respectivamente.

O signo linguístico possui duas características principais: a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante. A arbitrariedade do signo não significa que o significado depende da livre escolha do falante, mas que ela é convencional, ou seja, é aceita socialmente. A linearidade do signo é “uma característica das linguagens naturais, segundo a qual os signos, uma vez produzidos, dispõem uns depois dos outros numa sucessão temporal ou espacial”. Por conta dessa particularidade, não se pode produzir mais de um elemento linguístico de cada vez, tem que vir uma palavra após a outra, um som após o outro (FIORIN, 2007, p. 60-65).

Saussure propôs a criação de um novo objeto teórico para a linguística, que são chamadas de dicotomias, os quatro pares de conceitos, que são: sincronia x diacronia, língua x fala, significante x significado e paradigma x sintagma (PIETROFORTE, 2007).

Sincronia x diacronia: Sincronia é tudo que se relaciona com o aspecto estático da língua. Diacronia é tudo que se relaciona à evolução da língua. Língua x fala: Para Saussure, a língua opõe-se a fala porque a língua é coletiva e a fala é particular, portanto, a língua é um dado social e a fala é um dado individual. E, também, a língua é sistemática, enquanto a fala é assistemática. Pessoas que falam a mesma língua comunicam-se apesar de diferentes falas. Significante x significado: Significante é a imagem acústica. Significado é o conceito. O significado é uma ideia que modela um determinado modo de compreender as coisas. O significante é meio de expressá-la. Paradigma x sintagma: Paradigmas são as relações de seleção entre os elementos linguísticos. Sintagmas são as relações de combinação entre

esses elementos. O paradigma possibilita a escolha do elemento linguístico e o sintagma obedece a um padrão definido pelo sistema (SAUSSURE, 2006).

Expostos esses primeiros aspectos sobre a linguística, a próxima seção apresentará, brevemente, a linguística estruturalista.

2.4.1 Linguística estruturalista

O estruturalismo define as estruturas da língua em função da relação estabelecida entre si no interior de um mesmo sistema linguístico. Essa relação sempre é binária e se organiza a partir do critério diferencial, determinando que todos os elementos do sistema são definidos negativamente (MUSSALIM; BENTES, 2006, p. 102).

No estruturalismo, a língua não é aprendida na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo. Chama-se estruturalismo, pois “é no interior do sistema que se define, que se estrutura o objeto, e é este objeto assim definido que interessa a esta concepção de ciência em vigor na época” (MUSSALIM; BENTES, 2006, p. 102).

O marco do estruturalismo na Europa foi a publicação, em 1916, do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure. A partir dessa obra e das discussões por ela levantadas a disciplina Linguística ganhou o relevo de ciência e os estruturalismos europeu e americano criaram suas bases de forma explícita ou implícita. O Curso trouxe à tona discussões sobre a distinção entre língua x fala; forma x substância; a noção de pertinência; as noções de significante, significado e signo. Nessa perspectiva, a língua é considerada um sistema abstrato e social, enquanto a fala abarca os possíveis usos desse sistema, ou seja, os episódios comunicativos concretos e individuais dos falantes. Assim, foi preferido o estudo da língua em detrimento da fala em virtude de aquela ser sistemática e esta não. Uma vez tomado o sistema como objeto de análise, a preocupação deixa de ser a descrição física dos elementos da língua, passando a ser a descrição da sua funcionalidade e pertinência (CONEJO, 2009).

A definição de forma x substância de Saussure foi ampliada por Luis Hjelmslev, que considera também a expressão e o conteúdo. Desse modo:

Hjelmslev chamou de forma tudo aquilo que uma determinada língua instituiu como unidades através da oposição; à forma ele opôs uma substância, definida

como o suporte físico da forma, que tem existência perceptiva, mas não necessariamente linguística (...) Hjelmslev considerou uma outra distinção, a que estabelece entre expressão e conteúdo; cruzando essas duas distinções (expressão X conteúdo X forma X substância), chegou a um mapa onde é possível delimitar com muita clareza a definição de língua com que trabalharam os estruturalistas (ILARI, 2004, *apud* CONEJO, 2009).

Para Lepschy (1975, p. V), a linguística estrutural é vista como a disciplina cujos métodos podem assumir valor paradigmático, em diversos campos de pesquisa. O fato de que ela aplica o rigor e o formalismo das ciências exatas ao estudo da linguagem desperta interesse aos pesquisadores e especialistas da área.

Saussure é um dos pioneiros do pensamento estruturalista, ao formular uma abordagem da Linguística onde a língua se apresenta como um sistema estruturado. Ele propõe cinco noções dentro do estruturalismo linguístico, que são: “modelo, pertinência, langue-parole, paradigmática-sintagmática e sincronia-diacronia” (LEPSCHY, 1975, p. 6).

Os estruturalistas consideram a língua como um sistema de relações ou, mais precisamente, como um conjunto de sistemas ligado uns aos outros. O postulado de que a língua tem uma função representou um grande avanço no estudo da Linguística na medida em que foram incorporando fatores extralinguísticos na análise linguística. Desta forma, a língua é, aqui, um sistema orientado para uma finalidade, a comunicação, ou seja, a língua possui funções. A função foi definida como a tarefa atribuída a um elemento linguístico estrutural para atingir um objetivo no quadro da comunicação humana (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 124 *apud* SANTEE; TEMER, 2011).

Para García Gutiérrez (1990, p. 35 *apud* ANDRADE, 2010),

O estruturalismo propõe um estudo descritivo da língua (em sentido metodológico e não ideológico) através do estabelecimento de oposições entre seus elementos e da interação destes elementos entre si. A estrutura supõe estratificação e hierarquização conceitual, algo que deve ser analisado em detalhe, e seus elementos se definem pelas relações que mantêm. Texto, enunciados e termos são níveis da língua e ocupam lugar respectivo. A estrutura é gerada quando se observa a materialização das relações que os envolvem no mesmo processo discursivo.

Até o momento foram apresentados, de maneira genérica, conceitos e informações gerais que se relacionam com os objetivos dessa pesquisa. Na próxima seção serão apresentados alguns aspectos da linguística documentária.

2.4.2 Linguística Documentária

O principal objetivo da Linguística Documentária (LTD) é dar subsídios aos processos de representação para organização e recuperação da informação (ANDRADE, 2010). Sendo assim, a LTD pode ser utilizada na criação das linguagens documentárias, determinando termos amparados pela linguística a fim de obter vocabulários controlados eficientes no que tange à representação e recuperação da informação.

Segundo a Linguística Documentária, parte-se da “linguagem geral para entender o funcionamento das linguagens de especialidade e da relação destas com a linguagem de tratamento da informação”. De modo específico cabe à LTD “harmonizar a função descritiva da palavra, prescritiva do termo e normalizadora do descritor, integrados a linguagem geral” (TÁLAMO; LARA, 2009). Com o surgimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), foi permitido ampliar e aperfeiçoar alguns procedimentos metodológicos para a recuperação da informação, mas a questão central, o problema maior, ainda é referente à linguagem.

O desafio que se coloca para a linguística documentária, portanto, diz respeito à construção de linguagens documentárias mais flexíveis, que possam acolher as diferentes formas de expressão dos usuários dos sistemas de informação documentária, bem como suas diferentes formas de representação (MOREIRA, 2010).

A Linguística Documentária surge na Espanha, na década de 1980, a partir do trabalho de Antonio Luis García Gutiérrez após o aumento expressivo da quantidade de informações e, conseqüentemente, do número de conteúdos documentais. García Gutiérrez em conjunto com outros pesquisadores entende que a junção da Linguística com a Biblioteconomia seria importante para melhorar a eficácia nos processos documentais. Neste momento, os bibliotecários passam a utilizar alguns conceitos da Linguística para auxiliar nos processos de representação, organização e recuperação da informação e assim começa a surgir o cruzamento de duas disciplinas, a Linguística e a Biblioteconomia, as quais mantêm muitas relações práticas que são, ainda, pouco exploradas. A biblioteconomia, no nível científico ou como disciplina, estuda o processo científico-informativo e, nesse contexto, insere-se a comunicação, cujo veículo ou meio básico é a linguagem. A Linguística estuda a linguagem como um sistema para comunicar informações. Portanto, as duas

disciplinas, no que tange ao diálogo documental, fundem-se para constituir a Linguística Documentária (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 135-137; ANDRADE, 2010, p. 23).

Para García Gutiérrez (1984, p. 135-138; 1998 p. 4), os problemas derivados da obtenção de informação nos sistemas de informação são problemas de linguagem, por tanto a solução são as disciplinas voltadas ao emprego de expressões semânticas e gramaticais aplicadas à gestão da informação, como a linguística documentária. Essa disciplina está atrelada aos processos informativo-documentais que tem por objetivo o estabelecimento de um controle documental efetivo mediante a utilização de recursos léxicos. O controle documental tende a estabelecer rigorosos aportes qualitativos no excesso quantitativo da documentação científica.

Nesse contexto, ressalta-se que a aplicação dos estudos linguísticos no campo da Biblioteconomia deve ter como característica dois pontos disciplinares: “o condicionamento dos postulados da linguística no meio geral de expressão documental a ser elaborado e ao objeto deste, o documento; e o surgimento de novos conceitos relativos ao cruzamento de disciplinas”. O objetivo principal da linguística documentária é elaborar modelos de análise documentária e de linguagens documentárias. O autor afirma que a linguística documentária precede e sucede a linguagem documentária, pois cria e estuda o método mais propício para sua elaboração e consolidação e alerta para as possíveis lacunas linguísticas, possibilitando ajustes e mudanças relevantes. “É uma teoria de previsão, confirmação e evolução” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 138-139).

O objetivo da Linguística Documentária é a estrutura da documentação, como transformar o documento em codificável e decodificável. Nesse sentido

a Linguística Documentária se ocupa de ordenar os procedimentos de captação das mensagens (leitura), das transformações resultantes da atividade anterior e da organização e estruturação de dispositivos de representação a fim de que a obtenção de conhecimento seja eficaz e satisfatória (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 4).

García Gutiérrez propõe duas características para a estrutura da documentação:

Estrutura da produção de informação, a formação, a organização e a apresentação das idéias por parte do produtor, como *corpus* de observação e descrição; [e] a estrutura da representação do discurso do produtor, à qual se tem acesso mediante formulações metodológicas e modelos de síntese e tradução (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990, *apud* ANDRADE, 2010, p. 26).

Quando se fala de estruturação da documentação, conseqüentemente a linguagem utilizada deve ser estruturada, ou seja, a linguagem utilizada é uma linguagem artificial ou controlada. A linguagem artificial ou controlada é a base das classificações e é empregada normalmente na análise e recuperação de documentos, pois apresenta vantagens como precisão e economia na busca.

Para Tálamo e Lara (2006, p. 204), os objetivos da Linguística Documentária são “analisar os problemas recorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação, pesquisá-los e buscar soluções que diminuam a distância entre os estoques e o uso da informação”. As autoras afirmam ainda que como campo de estudos,

a Linguística Documentária apoia seus fundamentos teóricos na construção de vértices oriundos da emissão, da recepção e do sistema de informação concebido como oferta de sentido. Na formalização da linguagem documentária, nesse sentido, combinam-se dados da produção e da recepção em um sistema documentário, o que permite responder pelo caráter socializado da informação documentária.

Tálamo e Lara (2006, p. 204) caracterizam a Linguística Documentária enquanto disciplina:

A partir de conclusões de projetos [...] que versam sobre a elaboração teórica das estruturas linguísticas da documentação, pôde-se identificar a necessidade de proposição de disciplina específica, a Linguística Documentária, compreendida como um sub-domínio da Ciência da Informação (CI), onde são estudadas as características da linguagem dos ambientes informacionais que combinam as referências da produção informacional, os objetivos institucionais e os elementos cognitivos e comunicacionais de grupos de usuários. Justifica-se ainda tal proposta face à necessidade crescente de formalização de conceitos do ambiente de produção, recuperação e uso da informação, capazes de responder ao contínuo desenvolvimento a que se submete.

Para García Gutiérrez (1984, p. 137), a Linguística se ocupa do estudo da linguagem como um sistema para comunicar informações e, junto da Biblioteconomia, no âmbito do diálogo documental, se fundem constituindo a Linguística Documentária ou uma interdisciplina de linguagens documentais. Nesse sentido, as linguagens documentárias como meios de expressão criados por e para o controle documental e mais concretamente de seus conteúdos, e como pontes que possibilitam a comunicação entre homens, intermediários e sistemas de informação configuram o cruzamento das duas disciplinas, Linguística e Biblioteconomia, utilizando seus preceitos para definir vocabulários mais precisos.

Pode-se observar, após o referencial teórico aqui exposto, que a Linguística Documentária, com seu caráter interdisciplinar, incorpora conhecimentos e teorias de diferentes áreas, como Linguística, Biblioteconomia, Terminologia e Semiótica, para desenvolver instrumentos de organização, representação e recuperação da informação. Com a utilização da LTD na Biblioteconomia, os sistemas de informação poderiam ser desenvolvidos ou aprimorados de maneira a possibilitar a utilização de LD's mais precisas e satisfatórias para a recuperação de informação. Na próxima seção seguem os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, pois, segundo Gil (2010, p. 27) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis”. No que se refere à natureza, esta pesquisa classifica-se por qualitativa. Sobre pesquisa de natureza qualitativa, Appolinário (2006, p. 160) expõe que “a ideia básica é identificar categorias, padrões e relações entre os dados coletados, de forma a desvendar seu significado por meio da interpretação e da comparação dos resultados com outras pesquisas e referenciais teóricos”. Quanto aos instrumentos de coleta, essa pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois, segundo Gil (2010, p. 27), “é uma pesquisa voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”.

A pesquisa foi composta por três momentos: revisão de literatura, coleta de dados e análise dos resultados, baseada nos dados coletados e no cruzamento destes com a literatura sobre a temática estudada.

Para escolher a população da pesquisa, realizou-se uma busca nos sites das universidades na internet para encontrar as instituições de ensino superior da região Sul que possuem o curso de Biblioteconomia. Foram encontrados sete cursos, seis de Biblioteconomia e um de Gestão da Informação, da Universidade Federal do Paraná, como mostra o quadro abaixo:

Relação dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação na região Sul

Sul	Rio Grande do	Santa Catarina	Paraná
	FURG	UFSC	UFPR
	UFRGS	UDESC	UEL
	UCS – EaD		

Fonte: a autora

Feito isso, foram efetuadas buscas nos sites dos cursos com a finalidade de localizar disciplinas voltadas à linguística documentária de acordo com seu nome, sem verificação dos conteúdos. Os resultados encontrados podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 1: Relação de disciplinas voltadas à linguística documentária de acordo com seu nome

FURG	Possui disciplina. Utiliza o termo: linguagem documentária
UFRGS	Possui disciplina. Utiliza o termo: linguagem documentária
UCS	Possui disciplina. Utiliza o termo: análise documentária
UFSC	Possui disciplina. Utiliza o termo: linguagem documentária
UDESC	Não possui
UEL	Possui disciplina. Utiliza o termo: análise da informação
UFPR	Não possui

Fonte: a autora

Logo, estabeleceu-se o instrumento de coleta de dados que melhor contribuiria para alcançar os objetivos mencionados. Nesta pesquisa optou-se como instrumento de coleta de dados o questionário. “Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2010, p. 102). Essa pesquisa trata-se de um censo, pois sua população são todos os professores de disciplinas que abordam a linguística documentária. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com três questões abertas, além de dados de identificação, enviado via correio eletrônico para os professores das disciplinas relacionadas acima, tendo como período de envio e recebimento, 10 de agosto a 10 de outubro de 2015.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O método adotado para a análise dos resultados foi o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefreve e Lefreve. O DSC é “um discurso-síntese elaborado utilizando partes de discursos de sentido semelhante, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados” (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013).

O DSC é uma técnica de pesquisa empírica que tem como objeto o pensamento de coletividades. Na técnica do DSC, os depoimentos são redigidos na primeira pessoa do singular, “com vistas a produzir no receptor o efeito de uma opinião coletiva expressando-se diretamente, como fato empírico, pela boca de um único sujeito de discurso” (LEFREVE; LEFREVE, 2012, p. 17-27).

O DSC é organizado em quatro etapas: expressões-chave, ideia central, ancoragem e o DSC propriamente dito.

De acordo com Lefreve e Lefreve (2012, p. 73-80), as expressões-chave (ECH) são “pedaços, ou trechos [...] do discurso, que devem ser selecionados pelo pesquisador e que revelam a essência do conteúdo do depoimento ou discurso”; a ideia central é “um nome ou expressão linguística que revela e descreve da maneira mais sintética e precisa possível o sentido das ECH de cada um dos discursos analisados”; a ancoragem é “a expressão de uma dada teoria ou ideologia que o autor do discurso professa e que está embutida no seu discurso como se fosse uma afirmação qualquer”. É importante ressaltar que nem sempre a ancoragem está presente nos discursos analisados; e o DSC é “uma reunião num só discurso-síntese, redigido na primeira pessoa do singular”.

Ressalta-se que o DSC não será aplicável em duas questões: formação acadêmica e bases teóricas utilizadas, pois estes dados não são aplicáveis ao discurso.

Dentro da proposta de analisar a importância atribuída à linguística documentária nos cursos de biblioteconomia na região Sul do Brasil, foram enviados questionários aos cinco professores de disciplinas voltadas às linguagens documentárias dos quais quatro responderam. Esses professores são identificados como Respondente 1, Respondente 2, Respondente 3 e Respondente 4. Na região Sul não há nenhuma disciplina denominada Linguística documentária, portanto, para fins comparativos, optou-se por enviar o questionário a um professor de uma

universidade que possui essa disciplina, a Universidade de São Paulo, USP. Esse professor será identificado como Respondente Modelo.

Para atingir ao objetivo geral da pesquisa foi perguntou-se qual a importância atribuída ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia.

Quadro 2: importância da LTD

Respondente	Expressão-chave	Ideia central
Respondente Modelo	A LTD é muito importante, independente de como é denominada.	A linguagem documentária se estrutura ao modo da organização da língua
Respondente 1	A relação entre a biblioteconomia e a linguística é importante	A linguística possibilita o conhecimento das estruturas da língua
Respondente 2	A base teórico-metodológica da linguística interessa às linguagens documentárias	Caráter interdisciplinar da biblioteconomia
Respondente 3	Fundamental importância	A linguística auxilia na padronização da representação da informação
Respondente 4	Interessante, mas não essencial.	O estudo da linguística não é essencial à biblioteconomia

Fonte: a autora

Para atingir aos objetivos específicos foram feitas três questões:

Perguntou-se se a linguística documentária é abordada no conteúdo das disciplinas.

Quadro 3: abordagem de conteúdo

Respondente	Expressão-chave	Ideia central
Respondente Modelo	Sim	Tratamos o conceito como um subcampo da Ciência da Informação que trata,

		especialmente, da linguagem para fins de representação e recuperação.
Respondente 1	Não	A disciplina que leciono não tem como escopo o conhecimento do estudo da língua para fins documentários.
Respondente 2	Sim	São abordadas as relações interdisciplinares da análise documentária
Respondente 3	Não especificamente	A base teórico-metodológica que envolve este campo de estudo é abordada
Respondente 4	Não	São abordados apenas aspectos da linguística geral

Fonte: a autora

Questionou-se qual a formação de graduação e pós-graduação dos professores que discutem linguística documentária no Brasil.

Quadro 4: Formação dos professores

Respondente	Formação acadêmica
Respondente Modelo	Graduação em Biblioteconomia e Documentação; Mestrado em Ciências da Comunicação; Doutorado em Ciências da Comunicação.
Respondente 1	Graduação em Biblioteconomia; Mestrado em Engenharia da produção; Doutorado em Engenharia do Conhecimento.
Respondente 2	Graduação em Biblioteconomia; Mestrado em Biblioteconomia; Doutorado em Ciências da Comunicação.
Respondente 3	Graduação em Biblioteconomia e Documentação; Mestrado em Biblioteconomia e Documentação; Doutorado em Linguística.
Respondente 4	Graduação em Biblioteconomia; Mestrado em Estudos da Linguagem; Doutorado em Estudos da Linguagem.

Fonte: a autora

Todos os professores possuem graduação em Biblioteconomia e dois dos cinco possuem pós-graduação em área relacionada à linguística. Ressalta-se que o Respondente 4 possui doutorado em Estudos da Linguagem, mas não aborda a LTD na sua disciplina nem a considera essencial. Entretanto, três professores não possuem formação nessa área, mas alguns aspectos da LTD são abordados nas disciplinas. Pode-se inferir, portanto, que a formação do professor não tende a interferir na abordagem dos conteúdos de suas disciplinas.

A última pergunta questionava quais são as bases teóricas adotadas nessas disciplinas.

Quadro 5: Principais bases teóricas utilizadas

Respondente	Principais bases teóricas utilizadas
Respondente Modelo	Maria Teresa Cabré; Umberto Eco; Anna Maria Cintra; Marilda Lara; Maria de Fátima Tálamo; Nair Yumiko Kobashi.
Respondente 1	Emília Currás; Vera Dodebei; Lancaster; Maria Luiza de Almeida Campos; Vera Boccato.
Respondente 2	Dias e Naves; Vera Dodebei; Smit; Fujita; Lancaster.
Respondente 3	Dahlberg; Cabré; Ranganathan; Cutter; Bliss; Otlet.
Respondente 4	Cintra; Dias e Naves; Lancaster

Fonte: a autora

A seguir serão apresentados os discursos provenientes das respostas dos questionados:

Discurso do Sujeito Coletivo (Questão 1 - Importância da LTD)

O ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia é muito importante, pois a biblioteconomia, com seu caráter interdisciplinar, se utiliza da base teórico-metodológica da linguística para estruturar linguagens documentárias auxiliando na padronização da representação da informação.

Discurso do Sujeito Coletivo (Questão 2 - Abordagem de conceitos nas disciplinas)

Não especificamente, mas são abordados conceitos gerais de linguística, as relações interdisciplinares da análise documentária e a base teórico-metodológica que envolve o campo da linguística documentária.

Percebe-se que as bases teóricas mais utilizadas são: Cabré; Lancaster; Cintra; Dias e Naves; Vera Dodebei, entretanto sem nenhum consenso entre os professores. Nota-se pouca ou nenhuma utilização de autores que abordam especificamente a Linguística Documentária, como García Gutiérrez, Marilda Lara e Maria de Fátima Tálamo. É possível inferir, após essas análises, que a LTD, quando

abordada, é apenas superficialmente, de maneira geral. Na região Sul ainda não existem estudos profundos sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que a produção de ciência e de tecnologias cresce e que suas fronteiras deixam de ser nítidas, aumenta em maior proporção a demanda por informação com valor agregado, que possa ser recuperada de forma eficaz.

A linguística documentária procura detalhar as etapas do processo de análise documentária, bem como construir linguagens documentárias adequadas ao contexto das unidades de informação e seus usuários.

Considerando-se a revisão de literatura utilizada nessa pesquisa e após a análise dos dados coletados, é possível inferir que a linguística documentária é um fator importante no contexto biblioteconômico, levando-se em conta seu caráter interdisciplinar trazendo conhecimentos de diferentes áreas, bem como a recuperação da informação como, fundamentalmente, um processo linguístico. Entretanto, apesar de os professores questionados entenderem a LTD como importante, não há estudos aprofundados sobre esse tema nas disciplinas.

Analisando os objetivos propostos no início deste trabalho, pode-se considerar que eles foram atingidos.

Quanto ao objetivo geral, analisar a importância atribuída à LTD nos cursos de Biblioteconomia da região Sul do Brasil, é possível dizer que ela tem sua importância reconhecida, mas não aplicada. Os professores não abordam muito os conceitos e a aplicabilidade da LTD.

Quanto aos objetivos específicos, verificar junto aos professores que ministram disciplinas voltadas às linguagens documentárias se a linguística documentária é abordada no conteúdo destas disciplinas: os conceitos são abordados em dois dos quatro cursos e são apenas gerais; averiguar a formação de graduação e pós-graduação dos professores que discutem linguística documentária no Brasil, a fim de averiguar se há pesquisadores da área de ciência da informação envolvidos com a produção na área de linguística: dois dos quatro professores possuem doutorado na área da linguística e dois, na CI; e identificar as bases teóricas adotadas pelos cursos de biblioteconomia, voltadas ao ensino da linguística documentária, em busca de demonstrar sua importância para as áreas de organização da informação e organização do conhecimento: os autores mais utilizados são Cabré, Lancaster, Cintra, Dias e Naves e Vera Dodebei, apesar de não haver consenso entre os professores. Percebe-se que os autores que discutem

especificamente a LTD, como García Gutiérrez e Marilda Lara, não são utilizados nas disciplinas.

Em função dos objetivos pragmáticos dos sistemas documentários – organizar reduzindo a dispersão informativa para facilitar a busca, a Linguística Documentária criaria condições para assegurar uma representação alicerçada nos sistemas de conceitos, diminuindo os ruídos nas buscas (LARA e ORTEGA, 2011).

A partir disso, é possível perceber a importância de utilizar a LTD para a construção de linguagens documentárias. A Biblioteconomia poderia utilizar melhor as bases teóricas da Linguística a fim de aprimorar os instrumentos de busca e recuperação da informação. A sugestão que se pode dar neste trabalho é que se façam mais pesquisas acerca da LTD nos cursos de Biblioteconomia, desse modo poderão surgir novos métodos de aplicação dos conhecimentos linguísticos, procurando resolver os problemas de recuperação da informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. de B. O percurso da Terminologia de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **Trad. Term.**, São Paulo, v. v. 9, p. 211-222, 2003. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/mesaredo/mr004.htm>>. Acesso em: 14 maio 2015.

ANDRADE, Juliatti de. **A linguística documentária e a análise de domínio na organização da informação e do conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) São Paulo: USP, 2010. 150 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22022011-142712/pt-br.ph>>. Acesso em: 14 maio 2015.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BACH, Emmon. A linguística estrutural e a filosofia da ciência. In: CHOMSKY, Noam et al. **Novas perspectivas linguísticas**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Linguagem documentária na representação e recuperação da informação pela perspectiva sociocognitiva em Ciência da Informação. In: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza (orgs.). **Estudos de linguagem em Ciência da Informação**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 9, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/pepWn>>. Acesso em: 14 maio 2015.

CABRÉ, M. Teresa. **La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones**. Barcelona: Editorial Antártida, Empúries, 1993.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2001.

CONEJO, Cássia Rita. O estruturalismo e o ensino de línguas. In: CELLI: COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1233-1244. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_linguisticos/pfd_linguisticos/016.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2015.

CUNHA, Isabel Maria R. Ferin . Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documentária. In: CUNHA, Isabel Maria R. Ferin; KOBASHI,

Nair Yumiko; AMARO, Regina Keiko O. F. (org.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/1680/1286>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

DAMASCENO, José Ribeiro. **Introdução ao estruturalismo em Linguística**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 90-92, 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewissue.php?id=2>>. Acesso em: 16 de abr. 2015.

DUARTE, Elizabeth Andrade. **Comparação entre termos de indexação e palavras dos títulos dos artigos do periódico cadernos de saúde pública (2000/2005)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000200015>>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. Processos de indexação e análise de assunto: uma abordagem baseada na avaliação dos fatores intervenientes nestes processos. **Biblionline**, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009230&dd1=20af7>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília M.; GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualiquantitativa. **Distúrbios da Comunicação**, v. 1, n. 25, p. 129-136, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística: I. Objetos teóricos**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 55 - 74.

FUGITA, Mariângela Spotti; NARDI, Maria Izabel Aspeti; SANTOS, Silvana. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v. 10, n. 3, p. 13- 31, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1556>>. Acesso em: 22 maio 2015.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. **Linguística documental**. Barcelona: Editorial Mitre, 1984, 279 p.

_____. Elementos de linguística en sistemas de información y documentación. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 7, 1998. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/66ant.htm>>. Acesso em: 26 de março de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184 p.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; SALES, Rodrigo de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação.

DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <www.dgz.org.br/fev10/Art_02.htm>. Acesso em: 26 mar. 2015.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva: 1975.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da informação**: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76145>>. Acesso em: 25 maio 2015.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia revisitada. **D.E.L.T.A.**, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502000000200001>>. Acesso em: 14 maio 2015.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. atua. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 91-96, 2004. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewissue.php?id=6>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=8#Artigos>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 7, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_02.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo TEMMA. **Informação & Informação**, v. 16, n. 3, p. 92- 121, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da ; SALES, Rodrigo de (org.). **Cenários da organização do conhecimento**: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 17-44.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Uma experiência na interface Lingüística Documentária e Terminologia. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 6, 2007.
<http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm>. Acesso em 21 abr. 2015.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LEPSCHY, Giulio C. **A linguística estrutural**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1975, 204 p.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21 - 47.

MUSSALIM, Fernanda ; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PATO, P. R. G.; ALBUQUERQUE, S. Subsídios interdisciplinares. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 119 - 183.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11- 24.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. A língua como objeto da Linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11- 24.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. Terminologia: reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. **Trad. Term.**, v. 16, p. 343-364, 2010. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/46324>>. Acesso em: 04 maio 2015.

SANTEE, Nellie Rego; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A Linguística de Roman Jakobson: Contribuições para o Estudo da Comunicação. **UNOPAR Cient.**,

Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 12, n. 1, p. 73-82, 2011. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/humanas/article/viewFile/2890/2762>>. Acesso em: 04 maio 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006, 279 p.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de. O campo da Linguística Documentária. **Transinformação**, v.18, n. 3, p. 203-211, 2006. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Interface entre linguística, terminologia e documentação. **BJIS**, v.3, n.2, p. 58-74, 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2012.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. especial, p. 80-92, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/920>>. Acesso em 25 maio 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Prezado (a) professor (a):

O questionário a seguir faz parte de uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, intitulada: A linguística documentária na biblioteconomia no Brasil: disciplina e abordagem de conceitos nos cursos de graduação, sob orientação da Profa. Dra. Gisele Dziekaniak.

Este estudo tem como objetivo analisar a importância atribuída à linguística documentária nos cursos de biblioteconomia no Brasil.

Agradeço pela sua participação, pois ela é fundamental para a realização desta pesquisa.

Atenciosamente,

Taís Amorim (tatahamorim.sjn@gmail.com)

Graduanda do curso de Biblioteconomia – FURG

Nome:

Instituição de ensino:

Formação acadêmica:

Disciplina que leciona:

Questões:

1. Qual a importância que você atribui ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia?

2. O conceito de Linguística documentária é abordado em sua disciplina? Justifique.

3. Qual é o referencial teórico utilizado em sua disciplina?

RESPONDENTE MODELO:

Formação acadêmica: Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação; Mestrado em Ciências da Comunicação; Doutorado em Ciências da Comunicação.

Disciplina que leciona: Linguística documentária

Questões:

1. Qual a importância que você atribui ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia? (Justifique).

Muito importante, mesmo que não receba essa denominação. Ela permite mostrar que a atividade documentária se desenvolve no universo da linguagem, que a linguagem documentária se estrutura ao modo da organização da língua (eixo paradigmático, eixo sintagmático) e organiza seu léxico (vocabulário) por meio de relações hierárquicas, associativas e de equivalência que ajudam a garantir a significação.

2. O conceito de Linguística documentária é abordado em sua disciplina? (Justifique).

Sim, nas duas disciplinas da Graduação. O conceito é usado a partir das propostas de García Gutiérrez, como também de José Maria Izquierdo Arroyo. Tratamos o conceito como um subcampo da Ciência da Informação que trata, especialmente, da linguagem para fins de representação e recuperação.

3. Qual é o referencial teórico utilizado em sua disciplina?

AUSTIN, D. ; DALE, P. *Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues*. Trad. de Bianca Amaro de Melo. Brasília: IBICT; SENAI, 1993.

BAITELLO JÚNIOR, N. A sociedade da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.4, out.-dez.1994.

BARROS, L. A. (2004) *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP.

BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes.

BORGES, J.L. Funes, o memorioso. In: ____ *Ficções*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970. p.89-97.

CABRÉ, M.T. (1993). *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona : Ed. Antártida ; Empúries.

CABRÉ, M.T. (1999). *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona : IULA-UPF.

CABRÉ, M.T.(1995). La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*, v.24, n.5, 1995.

CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO M.F.G.M.; LARA, M.L.G. & KOBASHI, N.Y. (1996) Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, I.M. *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. São Paulo: FFLCH/CITRAT. (Cadernos de Terminologia, 1). p.17-22.

CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y. (2002). *Para entender a linguagem documentária*. São Paulo: Polis.

DUBUC, R. (1999) *Manual práctico de terminología*. 3.ed. corr. atualiz.;trad. de Ileana Cabrera. Santiago de Chile : Unión Latina ; Ril Ed.

ECO, U. (1990). *O signo*. Lisboa: Presença.

FELBER, H.(1987). *Manuel de terminologie*. Paris, Unesco/Infoterm.

FIORIN, J.L., org. (2004). *Introdução à linguística, I, Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto.

GARZA CUARÓN, B. Lenguaje, cultura, accion y cambio. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología, e Información*, v.11, n.23, p.5018, jul. 1997.

ISO 1087-1(2000). *Terminology work - Vocabulary, Part 1: theory and application/Travaux terminologiques - Vocabulaire - Partie 1: théorie and application*. Genève : International Standard Organization.

ISO 704 (2000). *Terminology work - principles and methods*. 2nd ed. Genève : International Standard Organization

KRIEGER, M.G.; FINATTO, M.J.B. (2004). *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo : Contexto. didático).

LARA, M.L.G. (2005). *Elementos de terminologia*. São Paulo: ECA. (Apostila para uso didático).

LARA, M.L.G.; TÁLAMO, M.F.G.M. (2007). Uma experiência didática na interface Linguística Documentária e Terminologia. *Datagramazero*, v. 8, n.5, Artigo 1.

LOPES, E. (1987) *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo : Cultrix.

MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (2004). *Introdução à linguística, 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez.

ORLANDI, E.P. (1990). *O que é linguística?* São Paulo: Brasiliense.

PAVEL, S.: NOLET, D. *Manual de terminologia*.

TÁLAMO M.F.G.M & LARA M.L.G. (2006) O campo da Linguística Documentária. *TransInformação*, Campinas, 18(3):203-211, set./dez.

TÁLAMO M.F.G.M. Terminologia e documentação (2001). *TradTerm*: revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH/USP, São Paulo, n.7. p.141-151.

TÁLAMO, M. F. G. M. (1997). *Linguagem Documentária*. São Paulo: APB - Associação Paulista de Bibliotecários. 25 p.

RESPONDENTE 1:

Formação acadêmica: Graduação em Biblioteconomia; Mestrado em Engenharia da Produção; Doutorado em Engenharia do Conhecimento

Disciplina que leciona: Linguagens documentárias

Questões:

1. Qual a importância que você atribui ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia? (Justifique).

Acredito que a importância está na relação entre a representação dos conteúdos informacionais, um dos objetivos da biblioteconomia, com a compreensão dos sentidos dos conceitos e termos de determinada língua onde esta representação contextualizada. Além de a Linguística possibilitar o conhecimento das estruturas da língua, auxiliando na compreensão e interpretação de estruturas gramaticais e contextuais, tanto nas relações sintagmáticas como paradigmáticas dos documentos.

2. O conceito de Linguística documentária é abordado em sua disciplina? (Justifique).

Não. A disciplina mais próxima de Linguística Documentária que leciono é linguagens documentárias. E nessa disciplina não objetiva-se o ensino da Linguística Documentária porque ela visa o enfoque nas linguagens documentárias existentes, objetiva: "Proporcionar aos acadêmicos desenvolver conhecimento sobre os tipos de linguagens documentárias existentes, bem como aprofundar conhecimentos sobre os tesouros" . Não tendo como escopo o conhecimento do estudo da língua para fins documentários.

3. Qual é o referencial teórico utilizado em sua disciplina?

Currás, Emília. Ontologias, taxonomia e tesouros em teoria de sistemas e sistemática.

Dodebei, Vera Lucia Doyle. Tesouro: linguagem de representação da memória documentária.

Lancaster, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática.

Couto, Fabiano; Sales, Rodrigo (Org). Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena.

Campos, Maria Luiza de Almeida. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração.

Bocato, Vera Regina; Gracioso, L. Estudos de linguagem em ciência da informação.

Medeiros, Jackson da Silva. Tesouros conceituais e ontologias de fundamentação: abordagem comparativa entre modelos conceituais.

RESPONDENTE 2

Formação acadêmica: Graduação em Biblioteconomia; Mestrado em

Biblioteconomia e Doutorado em Ciências da Comunicação;

Disciplina que leciona: Análise Documentária

Questões

1. Qual a importância que você atribui ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia?

R) Haja vista o caráter interdisciplinar e aplicado da Biblioteconomia, os fundamentos teórico-metodológicos com que opera são tomados por empréstimo de outros domínios disciplinares. Dentre estes, sobressai a Linguística, com ênfase para a Semântica e a Sintaxe, no que interessa para a representação temática da informação e, dentro dessa área, para as linguagens documentárias verbais, de que são exemplos clássicos as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros. Apropriando-se desses empréstimos teórico-metodológicos, a Biblioteconomia os incorporou a seus próprios fundamentos, imprimindo-lhes o traço aplicado que caracteriza as linguagens documentárias, como instrumentos usados para a representação do conteúdo dos documentos analisados pelos bibliotecários indexadores, em suas tarefas rotineiras. Mais do que isso, a própria elaboração, desenvolvimento e atualização de linguagens documentárias e, mais recentemente, de ontologias, ensejou a que a Biblioteconomia fizesse (e continua a fazê-lo) um movimento de agregação a seu corpus teórico-metodológico dos “empréstimos” anteriormente mencionados. Desse movimento resultou, de fato, sua incorporação efetiva ao saber biblioteconômico.

2. O conceito de Linguística documentária é abordado em sua disciplina?

R) Sim. A abordagem é feita na 3ª unidade do plano de ensino, sob o título: As relações interdisciplinares da Análise Documentária: Lógica, Linguística, Terminologia e Diplomática.

3. Quais são as bases teóricas utilizadas em sua disciplina?

DIAS, E. W. & NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos Livraria e Editora, 2013. 115 p.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: Linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: **Interciência**, 2002. 119 p.

SMIT, J. **Análise Documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. 133 p. (<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1011>).

AUSTIN, D. & DALE, P. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT/SENAI, 1993. 86 p.

CUNHA, M. V. da & SILVA, E. L. da. Os mapas conceituais e a representação do conhecimento através de redes semânticas: uma experiência na formação de bibliotecários. In: RODRIGUES, M. E. F. & CAMPELLO, B. S. (Org.). **A (re)significação do processo ensino-aprendizagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004. p.131-42.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação & tesouro: metodologia & técnicas**. Brasília: ABDF, 1978. 87 p.

FUJITA, M. S. L. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 4, ago. 2004.

FUJITA, M. S. L & RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 6, 2006.

GUIMARÃES, J. A. C. & SALES, R. **Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.11, n.1, fev.2010.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004. 452 p. ISBN: 85-85637-24-2.

MANUAL de elaboração de tesouros monolíngues. Coord. de Hagar Espanha Gomes. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, 1990. 78 p.

RESPONDENTE 3

Formação acadêmica: Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação; Mestrado em Biblioteconomia e Documentação; Doutorado em Linguística.

Disciplina que leciona: Linguagens documentárias

Questões:

1. Qual a importância que você atribui ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia? (Justifique).

Sua importância é fundamental para disciplinas que lidam com o campo do Tratamento Temático da Informação, incluindo os instrumentos de padronização da representação da informação temática (tesauros, taxonomias, sistemas de classificação e ontologias).

2. O conceito de Linguística documentária é abordado em sua disciplina? (Justifique).

Não especificamente, mas a base teórico-metodológica que envolve este campo de estudo sim.

3. Qual é o referencial teórico utilizado em sua disciplina?

Dahlberg; Cabré; Ranganathan; Cutter; Bliss; Otlet.

RESPONDENTE 4

Formação acadêmica: Graduação em Biblioteconomia; Mestrado e Doutorado em Estudos da Linguagem.

Disciplina que leciona: Análise da Informação

Questões:

1. Qual a importância que você atribui ao ensino da Linguística Documentária nos cursos de graduação em Biblioteconomia? (Justifique).

Acho interessante, porém não essencial.

2. O conceito de Linguística documentária é abordado em sua disciplina? (Justifique).

Não é abordado. Essa disciplina é ministrado no tronco comum (primeiro ano dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia) no qual eu discuto aspectos da Linguística geral.

3. Qual é o referencial teórico utilizado em sua disciplina?

CERVANTES, B. M. N. (org.). Horizontes da Organização da Informação e do Conhecimento. Londrina PR: EDUEL, 2012. 240 p. 173-191.

CINTRA, A. M. M. et AL. Para entender as linguagens documentárias. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Pólis, 2002.

DIAS, E. W. ; NAVES, M. M. L. Análise de assunto: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos avançados em Ciência da Informação)

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2 ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JR., Rogerio Henrique de; CARLAN, Eliana. Atributos dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR). In:

ROBREDO, Jaime; BRASCHER, Marisa (org.). Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010, p. 61-80.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro de Ciência da Informação. Datagramazero, v. 11, n. 1, 2010.

LOPEZ, A. P. A. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.